



MOÇÃO

Arsenal do Alfeite, Gestnave e Estradas de Portugal: a mesma luta !

Pode perguntar-se “O que têm em comum estas três empresas?” A resposta é simples: têm trabalhadores preocupados com o seu futuro.

A Assembleia Municipal de Almada já se pronunciou de forma solidária em relação aos trabalhadores da Gestnave e do Arsenal do Alfeite, aprovando moções por unanimidade contra medidas que conduzam à redução dos seus postos de trabalho.

Na altura em que os trabalhadores da Gestnave e do Arsenal anseiam por respostas claras e assertivas sobre o futuro destas empresas e consequentemente do futuro dos seus trabalhadores e das suas famílias, uma outra empresa situada no nosso concelho merece a nossa atenção.

Tomámos conhecimento no passado fim-de-semana, através de anúncios publicados em vários jornais, da intenção da alienação da sede da EP (Estradas de Portugal SA) em Almada.

Há 40 anos que a sede da Administração Rodoviária funciona nestas instalações (desde a JAE - Junta Autónoma das Estradas). Actualmente, trabalham neste local cerca de 600 trabalhadores. Muitos trouxeram as suas famílias para a margem sul e aqui fixaram a sua residência. Ou seja, a maioria destes trabalhadores é parte integrante da população do concelho de Almada.

Como é que uma Administração recém-chegada veio descobrir que este espaço não tem condições de trabalho para os funcionários, deixando os mesmos sem saber onde será a nova sede da EP?

Como é que se pode deixar sair a sede de uma empresa como a Estradas de Portugal do concelho de Almada e prejudicar, desta forma, os seus trabalhadores e a economia local?

Dois dias antes do anúncio da venda ser publicado nos jornais, foi distribuído aos funcionários da EP um comunicado interno, em que a Administração tentava esclarecer os motivos da venda: racionalização do património imobiliário, instalações sobredimensionadas, baseadas em conceitos organizativos ultrapassados. E com a futura sede (que ainda não se sabe onde), a nova Administração pretende que se tenham condições para alcançar elevados níveis de produtividade, bom ambiente de trabalho, condições físicas de comodidade e salubridade, e que fomentem uma cultura de partilha e transparência.

Estes alegados motivos deixaram os trabalhadores perplexos. Os trabalhadores sabem que a sede da EP em Almada tem tudo isto! Sabem que trabalham num local com excelentes condições, equipado com refeitório, infantário, médico e parque de estacionamento.

É dito pelo Conselho de Administração, que “constitui condição essencial à realização desta venda a permanência da Estradas de Portugal na actual sede até que se encontrem em funcionamento as futuras instalações centrais da empresa, alienando-se de imediato a sede actual e celebrando-se com o adquirente um contrato de arrendamento pelo prazo mínimo até ao final de 2008 e máximo até final de 2010.”

Economia da Empresa? Quanto pagará a EP de renda ao comprador da sede em Almada, enquanto não deixar as instalações, num prazo que poderá ir até 2010. E depois?

O Dr. Almerindo Marques será certamente um bom gestor! Ganha três vezes mais que o anterior presidente da EP e recebe mais 30% sobre os lucros atingidos com a venda do edifício da sede.

Os trabalhadores da EP vivem agora na incerteza de onde será o seu posto de trabalho.

Não será porventura imoral, que um Conselho de Administração recém-chegado, com os seus elevadíssimos salários, sacrifique a qualidade de vida, profissional e pessoal dos trabalhadores - muitos com uma vida inteira de dedicação à Estradas de Portugal - para atingir os seus objectivos, criando agora um ambiente de instabilidade e tristeza?

A maior infelicidade com que nos deparamos é a constatação de que este governo assiste à desmontagem do País impávido e sereno, e aplaudindo tudo o que dizem contribuir para a “recuperação económica” e para o “progresso”. O que se constata na vida real é que esse progresso é só para uma pequena percentagem de ricos. Aliás deve dizer-se que este governo convive serenamente com a pobreza que alastra em Portugal. Este drama não merece a devida atenção do governo, e conta sobretudo com a indiferença dos poderosos e instalados.

Nos dias de hoje, qualquer encerramento de empresas, com a conseqüente redução de postos de trabalho, só contribui para acentuar os índices de pobreza, num país já tão castigado por este fenómeno. Apesar de os organismos oficiais não se dedicarem muito a este tema, foi divulgado no mês de Janeiro o resultado do “Inquérito À Condição de Vida e Rendimento em 2006”, pelo Instituto Nacional de Estatística. Em Portugal só é considerado pobre quem viva com menos de 366 euros por mês, e que segundo os dados do INE, equivale a 18 % da população nacional.

Uma conclusão inquietante que se pode tirar destes dados, é que a pobreza não está limitada a determinados quadrantes da nossa população, como os pensionistas ou os desempregados. Refira-se que, para uma boa parte dos trabalhadores portugueses, o facto de ganhar um salário, não é garantia de uma vida digna.

Os níveis de desigualdade no nosso País são uma afronta e transformam-no no País mais desigual da Europa Ocidental.

Por tudo isto, a luta por salários dignos e pela defesa dos postos de trabalho, não está desligada da luta contra a pobreza e por uma justa redistribuição da riqueza do nosso País.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 21 de Fevereiro de 2008, delibera:

- Reafirmar a sua solidariedade para com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, exigindo do Governo a clarificação da sua posição face aos estudo encomendado de empresarialização da Empresa, e quais as suas conseqüências para os trabalhadores

- Reafirmar a sua solidariedade para com os trabalhadores da Gestane, exigindo do Governo que, ao invés de decidir pelo despedimento dos trabalhadores, imponha a aplicação do Protocolo assinado em 1997, que previa a integração dos trabalhadores na Lisnave.

- Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores da Estradas de Portugal, sediada no concelho de Almada, exigindo do Governo que clarifique quais as reais conseqüências das medidas que a recém-chegada Administração está a tomar: qual é o futuro que está reservado aos trabalhadores e quais são as medidas que pensa tomar para que a qualidade de vida, regalias e direitos que os trabalhadores detêm neste momento, não sejam afectadas?

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda